

## Análise da produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde no Brasil: um estudo bibliométrico na Biblioteca Virtual em Saúde

### Analysis of scientific production on the National Health Promotion Policy in Brazil: a bibliometric study in the Virtual Health Library

Xavéle Braatz Petermann, Sheila Kocourek

#### Como citar este artigo:

PETERMANN, XAVÉLE B.; KOCOUREK, SHEILA; Análise da produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde no Brasil: um estudo bibliométrico na Biblioteca Virtual em Saúde. Revista Saúde (Sta. Maria). 2020; 46 (1).

#### Autor correspondente:

Nome: Xavéle Braatz Petermann  
E-mail: xavelepetermann@gmail.com  
Telefone: (51) 3747-2098  
Formação Profissional: : Formada em Fisioterapia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

Filiação Institucional: Universidade Federal de Santa Maria  
Endereço para correspondência:  
Rua: Rua Reinoldo Schmidt, nº 55  
Bairro: Centro  
Cidade: Arroio do Tigre  
Estado: Rio Grande do Sul  
CEP: 96950-000

#### Data de Submissão:

20/01/2020

#### Data de aceite:

12/03/2020

**Conflito de Interesse:** Não há conflito de interesse



## RESUMO

Este estudo tem por objetivo mapear e analisar a produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde no período de 2006 a 2019 no Brasil. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliométrica, por meio da busca de artigos na Biblioteca Virtual em Saúde, no período de 2006 a 2019, com a palavra-chave “política nacional de promoção da saúde”, devendo estar no título dos manuscritos. A busca retornou 56 documentos, dos quais foram excluídos 08 por não terem acesso aberto, 06 por não se tratarem de artigos e 14 por não serem realizados no Brasil. Assim, a bibliometria foi realizada com os 26 artigos restantes. Os resultados evidenciaram o predomínio de artigos no ano de 2016, na Revista Ciência e Saúde Coletiva. Relativo ao método utilizado nos artigos prevaleceu estudos teóricos e, quanto aos assuntos relacionados com a política nacional de promoção da saúde, a maioria dos estudos foi de análise de políticas públicas. Percebe-se a carência de estudos empíricos sobre a PNPS possibilitando mensurar o impacto dessa política pública na saúde dos brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema Único de Saúde; Política de Saúde; Promoção da Saúde; Bibliometria.

## ABSTRACT

This study aims to map and analyze the scientific production on the National Health Promotion Policy in the period from 2006 to 2019 in Brazil. For this, a bibliometric research was carried out, through the search for articles in the Virtual Health Library, from 2006 to 2019, with the keyword “national health promotion policy”, which must be in the title of the manuscripts. The search returned 56 documents, of which 8 were excluded for not having open access, 6 for not being articles and 14 for not being carried out in Brazil. Thus, bibliometrics was performed with the remaining 26 articles. The results showed the predominance of articles in 2016, in the Revista Ciência e Saúde Coletiva. Regarding the method used in the articles, theoretical studies prevailed, and, as for matters related to the national health promotion policy, most studies were of public policy analysis. There is a lack of empirical studies on the PNPS, making it possible to measure the impact of this public policy on the health of Brazilians.

**KEYWORDS:** Unified Health System; Health Policy; Health Promotion; Bibliometrics.

## INTRODUÇÃO

Há muito tempo, até mesmo antes da promulgação da Constituição Federal em 1988, existiam várias discussões sobre a insatisfação com o modelo biomédico e a defesa de um novo modelo de saúde baseado no paradigma da Promoção da Saúde<sup>1</sup>. No Brasil, o marco legal da Promoção da Saúde é contemporâneo a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde realizada em Ottawa em 1986. Neste mesmo ano, foi realizado no Brasil a VIII Conferência Nacional de Saúde, marco histórico da saúde pública no País, pois envolveu grande participação popular, ocorreu no contexto da redemocratização e guiou as bases da reforma sanitária brasileira, que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>2</sup>, norteado pelos princípios de integralidade, universalidade e equidade<sup>3</sup>.

Apesar de preconizada no princípio da integralidade<sup>3</sup>, a Promoção da Saúde entrou na agenda do Ministério da Saúde apenas em 1998 e, depois de um longo e conflituoso debate a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) foi aprovada somente em 2006 por meio da Portaria 687 GM/MS de 2006<sup>4</sup>. Outro fato que contribuiu para a consolidação da Promoção da Saúde no Brasil foi a expansão da Atenção Primária à Saúde (APS) que se iniciou em 1992, sendo o primeiro programa que trabalhou com os preceitos da Promoção da Saúde<sup>5</sup>.

O objetivo da PNPS é promover a qualidade de vida, reduzir vulnerabilidades e riscos a saúde relacionada aos determinantes e condicionantes<sup>6</sup>. Nessa perspectiva, no Brasil o campo da Promoção da Saúde se tornou referência para a elaboração das políticas públicas, considerando um conceito ampliado de saúde, para além do modelo biomédico centrado na doença<sup>7</sup>. Sendo que a incorporação das ações de promoção da saúde deve ocorrer especialmente nos serviços de APS, por meio de ações intersetoriais<sup>6</sup>.

Em 2014, com o objetivo de aprimorar e atualizar a PNPS foi lançada a sua nova versão, apontando para os novos desafios do SUS e reconhecendo que suas prioridades ainda estão vinculadas com a versão anterior<sup>6</sup>. A PNPS revisada aponta para a necessidade da articulação com outras políticas, em especial a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), para o fortalecimento da Promoção da Saúde, bem como da importância da participação social. Sendo assim, objetivos, princípios, valores, diretrizes, temas transversais, estratégias operacionais, responsabilidades e temas prioritários, reformulados e atualizados, visam à equidade, à melhoria das condições e dos modos de viver e à afirmação do direito à vida e à saúde<sup>6</sup>.

Considera-se que um estudo de Revisão Bibliométrica sobre a temática poderá gerar suportes teóricos para auxiliar práticas relacionadas com a PNPS, o que é de extrema importância para as ações de promoção da saúde no cotidiano dos serviços de saúde no contexto do SUS. Sendo assim, este estudo tem por objetivo mapear e analisar a produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde, no período de 2006 a 2019, no Brasil.

---

## MÉTODO

Para realização do estudo, optou-se pelo método de análise bibliométrica, em alinhamento com o objetivo geral - mapear e analisar a produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde, no período de 2006 a 2019. Justifica-se a utilização do ano de 2006 por ser o ano da publicação da primeira versão da Política Nacional de Promoção da Saúde pelo Ministério da Saúde no Brasil<sup>4</sup>.

A Bibliometria compreende a mensuração da produção científica a partir de busca de periódicos, conjunto de estudos e artigos, com o intuito de contribuir para a sistematização, avaliação e análise das publicações sobre o tema investigado<sup>8</sup>. A importância de pesquisas bibliométrica foi reconhecida como uma metodologia de estudo que utiliza procedimentos específicos para a identificação e mapeamento de temas ainda pouco explorados no meio científico<sup>9</sup>. Ainda, esse tipo de estudo é usado para identificar as tendências de pesquisa e para estabelecer os fundamentos teóricos sobre o tema investigado<sup>10</sup>.

Para a realização desse levantamento de estudos sobre a PNPS realizados no Brasil, a base de dados a ser considerada foi a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por ser considerada uma plataforma operacional de cooperação técnica da Organização Pan-americana da Saúde, tendo por objetivo a gestão da informação e do conhecimento em saúde desde 1998. Ainda, a BVS se caracteriza por um importante espaço de integração de fontes de conhecimento em saúde na América Latina e Caribe e, em especial, no Brasil<sup>11</sup>.

Quanto aos descritores para pesquisa na BVS, foi estabelecida a associação de “política nacional de promoção da saúde”, devendo estar no título do documento. Serão excluídos os estudos que não possuem acesso aberto, que não são classificados como artigo e que não foram realizados no Brasil.

Para a compilação dos dados foi criada uma planilha no software Microsoft Excel®, com o objetivo de proporcionar o registro e armazenamento das informações de cada artigo. Na planilha foram elencados os seguintes dados de coleta: título, ano, revista, Qualis (área interdisciplinar), método e palavras-chave. As palavras-chave e, se necessário, os títulos e subtítulos dos artigos foram examinados para a quantificação dos temas relacionados com a PNPS.

Extraídas as informações bibliométricas para a análise dos dados, procedeu-se a compilação quantitativa, e posterior transformação em figuras, as quais são apresentadas no próximo tópico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da pesquisa na BVS retornou 56 estudos. Destes, foram excluídos 08 por não terem acesso aberto, 06 por não se tratarem de artigos e 14 por não serem realizados no Brasil. Sendo assim, a Bibliometria foi realizada com os 26 artigos restantes (Figura 1).

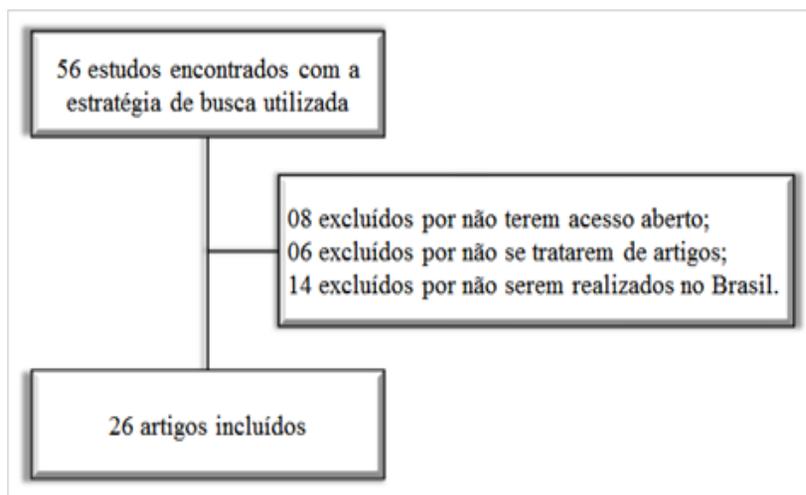


Figura 1 - Fluxograma de busca na BVS. Fonte: As autoras (2019).

Referente a publicações por período (Figura 2), o maior número de publicações foi observado no ano de 2016 (26,92%), em função da revisão da PNPS em 2014, fomentando o debate e a publicação sobre o tema no Brasil. Nota-se, também, que não foram encontrados artigos publicados nos anos que sucederam a publicação da primeira versão da PNPS – 2006, 2007 e 2008. Ainda, o número de artigos se manteve baixo de 2009 a 2013, tendo um aumento de publicações em 2016. Atualmente, de 2017 a 2019 houve poucos artigos que analisaram a PNPS (19,23%).



Figura 2 – Linha do tempo da produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde no Brasil (n=26).

Fonte: As autoras (2020).

Estes achados indicam a necessidade de pesquisas sobre a PNPS no contexto brasileiro, pois nos últimos anos o número de pesquisas foi baixo na BVS, uma das principais bases da área da saúde no País. Yamaguchi et

---

al.<sup>12</sup> também realizaram um estudo bibliométrico sobre o estado da arte das publicações da PNPS, nas bases Scielo e Pubmed nos anos de 2006 a 2015. Esses autores<sup>12</sup> concluem que produções científicas sobre a PNPS contribuem para a geração, difusão e aplicação do conhecimento científico na prática da promoção da saúde, com o objetivo principal de enfrentar as iniquidades em saúde. Nota-se a importância de estudos sobre a política de promoção da saúde no Brasil, pois pesquisas científicas, conforme descrito por Yamaguchi et al.<sup>12</sup>, fornecem subsídios para a melhoria das ações de promoção da saúde no cotidiano dos serviços, com impacto positivo sobre as condições de saúde da população.

Santos et al.<sup>13</sup> com o objetivo de mapear a produção científica sobre política de saúde no Brasil, na base Scielo de 1988-2014, constatou que quando analisadas a distribuição dos estudos sobre políticas específicas do Ministério da Saúde, a PNPS representou 1,9% do total de publicações de uma amostra de 769 artigos. Apesar de serem resultados de seis anos atrás, esse estudo comprovou que essa realidade ainda persiste nos dias de hoje, com um número muito baixo de pesquisas científicas sobre a política de promoção da saúde brasileira na BVS.

Paim<sup>14</sup> destaca que, no SUS, ainda existe uma forte reprodução do modelo centrado na doença, na reabilitação e nos serviços especializados, em detrimento das ações de promoção da saúde na comunidade. Corroborando, Malta et al.<sup>15</sup> refletem sobre o importante papel da PNPS, em especial, ao se considerar estratégias para o enfrentamento dos desafios impostos pelo perfil demográfico e epidemiológico da população. Pode-se inferir que o baixo número de pesquisas sobre a PNPS na BVS, decorra da prevalência do modelo centrado na doença no SUS e do pouco investimento em ações da política de promoção da saúde. Entretanto, a PNPS possui uma visão ampliada envolvendo os determinantes e condicionantes, tão importantes frente ao processo de saúde-doença nos dias atuais.

Em seguida, a Figura 3 apresenta o número de artigos por periódicos, a partir disso, nota-se que o principal periódico científico que publica sobre o tema é a Revista Ciência & Saúde Coletiva com 10 publicações (38,46%). Esse periódico foi criado em 1996, sendo editada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), caracterizando-se como um espaço científico para discussões, debates, apresentações de pesquisas, exposição de novas ideias e de controvérsias sobre a área de Saúde Coletiva<sup>16</sup>. Esse achado contribui para a busca e identificação de publicações sobre a PNPS no contexto brasileiro, pois foi identificado o principal periódico nacional que publica sobre a temática.

Ainda, na Figura 3 foram descritos o Qualis das publicações. O Qualis é a forma utilizada para realizar a estratificação da qualidade da produção científica, pois mede a qualidade da produção a partir da qualidade dos periódicos, sendo revisada anualmente<sup>17</sup>. Salienta-se que os Qualis consultados neste trabalho se referem à área interdisciplinar. A estratificação é qualificada na ordem A1 (estrato mais elevado), seguido por A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (estrato mais baixo).

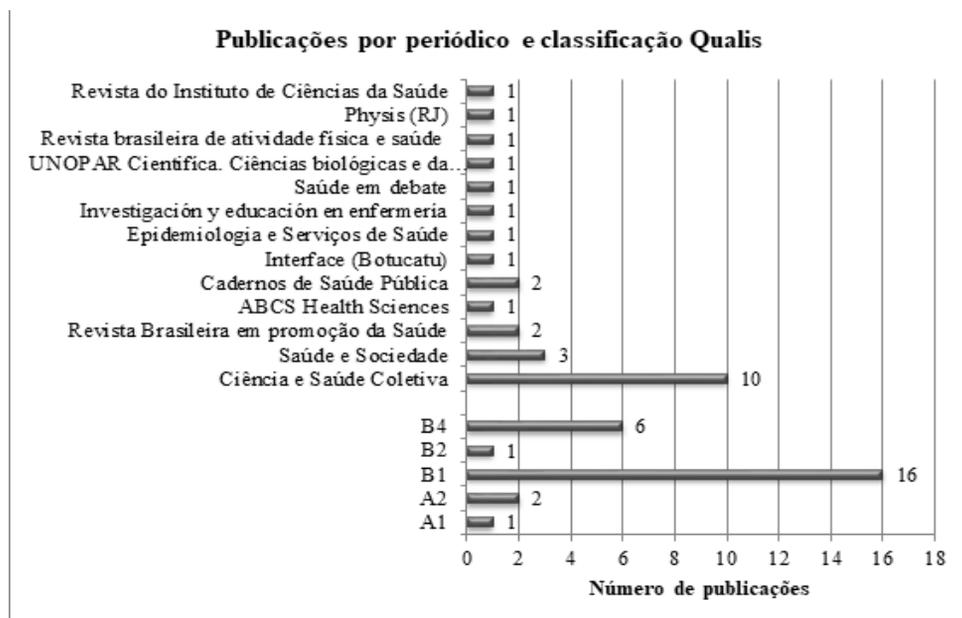


Figura 3 – Produção científica sobre a política nacional de promoção da saúde por periódico e classificação Qualis, área interdisciplinar (n=26). Fonte: As autoras (2020).

A maioria dos artigos (61,53%) foi publicada em periódicos que possuem como classificação Qualis B1. Apenas um artigo (3,84%) foi publicado em uma revista Qualis A1, considerada de alto impacto e qualidade. Sendo que nenhum estudo (0%) foi publicado em periódico com Qualis B5 e C, que representam extratos mais baixos.

Diferente deste estudo, quando Yamaguchi et al.<sup>12</sup> realizam um estudo cienciométrico sobre a PNPS nas bases Scielo e Pubmed de 2006 a 2015, encontraram a maioria das publicações divulgados em periódicos internacionais classificados nos estratos Qualis A2. Isso se deve ao fato de que este estudo não abrangeu a produção internacional sobre o tema, que possui estratos de classificação mais elevados que os periódicos nacionais. Destaca-se a importância da análise do Qualis nos artigos, pois essa classificação denota a qualidade dos estudos.

Para visualizar entre os artigos analisados o método utilizado (Figura 4), foi possível identificar que o método empregado com maior frequência é o teórico, presente em 76,92% dos artigos analisados. Este resultado reflete significativos avanços conceituais sobre a PNPS, entretanto empiricamente o tema ainda é pouco explorado, o que faz refletir sobre o impacto da PNPS na saúde dos sujeitos e coletividades nas comunidades e territórios.



Figura 4 – Número de publicações por método utilizado (n=26). Fonte: As autoras (2020).

Esse fato pode ser explicado pela transformação do conceito de saúde conforme os momentos históricos, refletindo no aparecimento de novas formas de pensar e fazer o cuidado e, por conseguinte, novos arranjos nos modelos de atenção à saúde. Embora, o modelo de saúde atual esteja baseado na promoção da saúde, ainda persistem características que implicam em práticas centradas na doença e na reabilitação<sup>18</sup>.

Corroborando, Oliveira et al.<sup>19</sup> aponta para a necessidade de traduzir a realidade vivida pelos atores na prática da promoção da saúde, sendo que esse conhecimento poderá auxiliar na realidade vivenciada por trabalhadores, gestores e usuários. Lopes et al.<sup>20</sup> relataram que para o sucesso da PNPS são necessários articulação intersetorial, qualificação profissional, divulgação e monitoramento das ações de promoção da saúde. Sendo que, estudos empíricos podem contribuir com o monitoramento e avaliação das ações da PNPS, com o objetivo principal de qualificar essas práticas nos serviços que compõe o SUS. Da mesma maneira, Sá et al.<sup>21</sup> descreveram que o monitoramento de programas ligados a PNPS consiste em uma importante ferramenta de gestão para identificar as potencialidade e fragilidades das ações de promoção da saúde, subsidiando a tomada de decisão nos distintos níveis de gestão.

Por último, o tema mais citado nos estudos sobre a PNPS (Figura 5) foi a avaliação de políticas (19,23%), seguido da formulação de políticas (15,38%) e práticas corporais e atividade física (11,53%). Ainda, nota-se que a PNPS se relaciona com diversos temas, retratando a transversalidade dessa política pública.

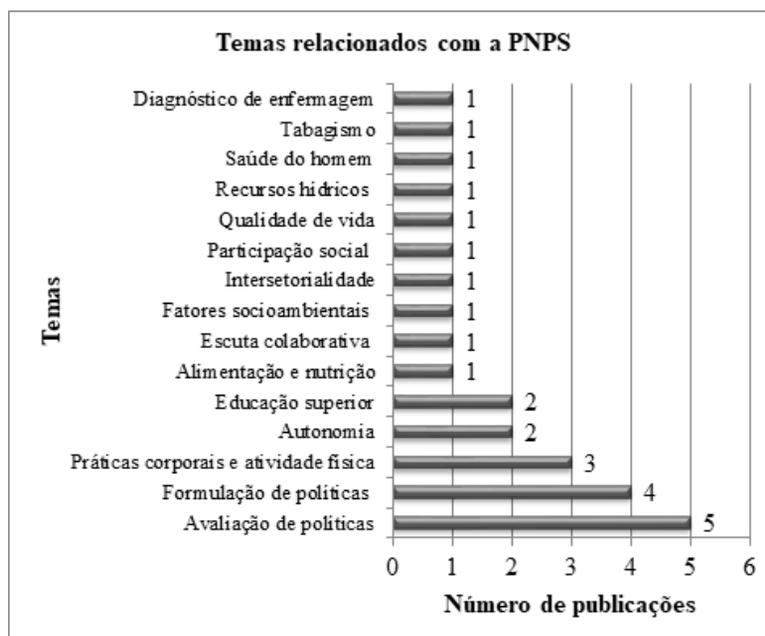


Figura 5 – Número de publicações por tema relacionado com a PNPS (n=26). Fonte: As autoras (2020).

Legenda: Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

O tema mais citado nos estudos foi a avaliação de políticas, para definir esse conceito, Ala-Harja et al.<sup>22</sup> descrevem que não existe um consenso na literatura quanto à definição de avaliação de políticas públicas. O mesmo autor relata que a avaliação de políticas compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos seus objetivos<sup>22</sup>.

Em consonância, Thoening<sup>23</sup> refere que o uso da avaliação é orientado para a ação, tendo como prioridade fornecer informações sobre determinada política pública. Percebe-se a partir do exposto que o conceito de avaliação de políticas públicas apresenta distintos olhares teóricos, mas que convergem para a aplicação prática dos resultados da avaliação de determinada política pública, que neste estudo é a PNPS.

A avaliação de políticas ainda é recente no Brasil. Foi, a partir da Constituição Federal de 1988 que tem aumentado no Brasil os estudos sobre avaliação, em especial do impacto das políticas e programas do setor público<sup>24</sup>. Destaca-se a relevância de estudos que avaliam os resultados e impactos da PNPS no Brasil, pois estudos desse tipo fornecem subsídios para a (re) formulação da própria política pública, com o objetivo de aprimorar as ações e práticas desenvolvidas nos serviços de saúde, já que a PNPS orienta todas as ações de promoção da saúde em todo o território nacional.

Conforme visualizado, por mais que os estudos sobre a avaliação da PNPS prevaleceram na amostra estudada, ainda o número de publicações se manteve baixo no período analisado (2006 a 2019). Necessita-se de estudos, em especial empíricos, com o objetivo de identificar o impacto da PNPS na saúde dos sujeitos e coletividades, bem como a percepção dos profissionais de saúde e gestores públicos sobre a PNPS.

Araújo et al. apontam para a necessidade de maiores investimentos para que o SUS cumpra seus princípios de equidade, universalidade e integralidade. Sendo que, a promoção da saúde está incluída no princípio da integralidade<sup>3</sup>, norteando todas as ações e programas de saúde no País e acaba se submetendo ao subfinanciamento do SUS, o que compromete as ações desenvolvidas nos serviços de saúde.

O segundo tema mais citado foi a formulação de políticas. Após a identificação dos problemas contemplados pela política pública, inicia-se a formulação de programas e estratégias que tem por objetivo orientar a execução das atividades, ou seja, a formulação orienta o processo de implementação da política pública<sup>25</sup>. Esse tema surgiu em função da revisão da PNPS em 2014, fomentando o debate sobre a formulação da PNPS no contexto nacional.

O terceiro tema mais citado foram as práticas corporais e atividade física. A PNPS<sup>6</sup> traz em seu texto temas prioritários, dentre eles as práticas corporais e atividade física. Yamaguchi et al.<sup>12</sup> encontraram resultados diferentes em que os temas relacionados a PNPS nos artigos em maior número foram a Alimentação e Nutrição. De forma complementar, esses dois temas possuem importância crucial para um estilo de vida saudável e devem ser tratados em conjunto nas práticas das ações de promoção da saúde.

Complementando, as condições de saúde são determinadas por diferentes fatores interligados, incluindo desigualdades relacionadas aos aspectos socioeconômicos, novos padrões de consumo relacionados à alimentação e sedentarismo<sup>26</sup>. Sendo que, a promoção da saúde seria um meio para transformar essas condições complexas em busca de melhores condições de saúde para a população, considerando os sujeitos como biopsicossociais.

---

Como limitações do estudo, pode-se citar que a pesquisa ter sido realizada em apenas uma base de dados e utilizado somente o termo política nacional de promoção da saúde, visto que se busca pela produção internacional como tentativa de reconhecimento sobre as pesquisas desenvolvidas no País. Recomendam-se estudos de abrangência internacional e, principalmente, pesquisas empíricas sobre o impacto da PNPS no Brasil.

Por fim, a análise bibliométrica dos 26 artigos permitiu que fosse possível obter um panorama da produção acadêmica brasileira através da BVS, de modo a direcionar ainda as lacunas existentes na produção e consequente evolução da temática da PNPS no período de 2006 a e 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo mapear e analisar a produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde na BVS. A pesquisa bibliométrica evidenciou um maior número de publicações no ano de 2016 e na Revista Ciência & Saúde Coletiva. Com relação à classificação Qualis, prevaleceu publicações B1, o que possibilita inferir que os estudos sobre a PNPS carecem de qualificação e impacto.

O principal achado deste estudo se refere ao método utilizado e os temas relacionados com a PNPS. Quanto ao método, prevaleceram estudos teóricos e quanto ao tema, a maioria dos estudos relaciona a PNPS com avaliação de políticas. Percebe-se a carência de estudos empíricos sobre o processo de implementação da PNPS, possibilitando mensurar o impacto dessa política pública na saúde dos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

1. Neto F, Leite J, Kind L, Resende MC, Colen NS. Processos da construção da Política Nacional de Promoção da Saúde. Cadernos de Saúde Pública. 2013; 29:1997-2007.
2. Brasil. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.
3. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da união. 1990.

4. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 687, de 30/03/2006, que institui a Política Nacional de Promoção da Saúde.
5. Buss PM, Carvalho AI. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). *Ciência & Saúde Coletiva*. 2009; 14: 2305-16.
6. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, 2014.
7. Furtado MA, Szapiro AM. Política Nacional de Promoção da Saúde: os dilemas da autonomização1. *Saúde e Sociedade*. 2016; 25: 277-89.
8. Pritchard A. Statistical bibliography or bibliometrics. *Journal of documentation*. 1969; 25; 25 (4):348-9.
9. Melo Ribeiro HC. Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. *Biblios*. 2017; (69): 1-20.
10. Durisin B, Calabretta G, Parmeggiani V. The intellectual structure of product innovation research: a bibliometric study of the journal of product innovation management, 1984–2004. *Journal of Product Innovation Management*. 2010 May;27 (3):437-51.
11. Biblioteca Virtual em Saúde. Sobre a BVS. Disponível em: <https://bvsalud.org/sobre-o-portal/>. Acesso em 07/01/2020.
12. Yamaguchi MU, Bernuci MP, Pavanelli GC. Produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016; 21: 1727-36.
13. Santos JS, Teixeira CF. Política de saúde no Brasil: produção científica 1988-2014. *Saúde em Debate*. 2016; 40(108): 219-30.
14. Paim JS. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018; 23(1): 1723-

---

1728.

15. Malta DC, Reis AA, Jaime PC, Morais Neto OL, Silva MM, Akerman M. O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018; 23:1799-809.

16. Sobre a Revista *Ciência e Saúde Coletiva*. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/csc/paboutj.htm>. Acesso em 07/01/2020.

17. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Qualis Periódicos e classificação de produção intelectual. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/qualis-periodicos-e-classificacao-de-producao-intelectual>. Acesso em 07/01/2020.

18. Pinheiro Bezerra IM, Esposito Sorpreso IC. Conceitos de saúde e movimentos de promoção da saúde em busca da reorientação de práticas. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 2016; 26(1).

19. Oliveira ES, Costa AP. Pesquisa qualitativa: desenvolvimento e perspectivas no campo da promoção da saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. 2017; 19; 29:1-4.

20. Bezerra JL, Lucca SR. Fatores psicossociais de estresse no trabalho de agentes comunitários de saúde no município de Parnaíba, Piauí. *Revista Baiana de Saúde Pública*. 2017; 40(1): 42-59.

21. Sá GB, Dornelles GC, Cruz KG, Amorim RC, Andrade SS, Oliveira TP, Silva MM, Malta DC, Souza MD. O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016; 21: 1849-60.

22. Ala-Harja M, Helgason S. Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*. 2000; 51(4):5-60.

23. Thoenig JC. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. *Revista do Serviço Público*. 2000; 51(2): 54-71.

24. Capobiango RP, Silveira SD, Zerbato C, Mendes AC. Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. 2011; 45(6): 1869-90.

25. Raeder ST. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas*. 2015; 7(13): 121-46.

26. Kumar S, Preetha GS. Health promotion: an effective tool for global health. *Indian journal of community medicine: official publication of Indian Association of Preventive & Social Medicine*. 2012; 37(1): 5.